

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

REQUERIMENTO Nº , DE 2017

(Dos Srs. Deputados Zé Carlos, Patrus Ananias e Nilto Tatto)

Requer a realização, por esta Comissão de Direitos Humanos e Minorias, de uma diligência no município maranhense de Alcântara para verificar, *in loco*, por meio de encontros e reuniões públicas com representantes de órgãos do governo estadual e municipal, do Poder Judiciário e da sociedade civil organizada, a situação da população quilombola do município em face das recentes notícias, publicadas pela imprensa, relacionadas a eventual ampliação das instalações da Base de Lançamento de Foguetes de Alcântara.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência a realização, por esta Comissão de Direitos Humanos e Minorias, de uma diligência no município maranhense de Alcântara para verificar *in loco*, por meio de encontros e reuniões públicas com representantes de órgãos dos governos estadual e municipal, do Poder Judiciário e da sociedade civil organizada, a difícil situação por que passa a população quilombola do município, em face das recentes notícias, publicadas pela imprensa, relacionadas a eventual ampliação das instalações da Base de Lançamento de Foguetes de Alcântara.

JUSTIFICATIVA

Por solicitação dos três parlamentares que também subscrevem o

presente Requerimento, foi realizada no âmbito desta Comissão, no dia 20 do presente mês, uma Audiência Pública para “debater a titulação do Território Quilombola de Alcântara”.

Participaram da Audiência Pública acima referida, na condição de expositores, as seguintes pessoas: Dra. ELIANA TORELLY, Procuradora Regional da República; Sr. DENILDO RODRIGUES DE MORAES, Coordenador da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Quilombolas; Sr. PAULO MALDOS, Coordenador do Grupo de Trabalho dos Direitos dos Povos e Comunidades Quilombolas; Dr. JOSÉ ROBERTO FANI TAMBASCO, Defensor Público Federal e Membro do Grupo de Trabalho sobre Comunidades Tradicionais (Quilombolas).

A partir da realização da referida Audiência, principalmente, tornou-se nítida a necessidade de uma diligência - na cidade de Alcântara – para que não apenas os membros desta Comissão, mas também os demais deputados possam conhecer a situação presentemente vivenciada pelas comunidades quilombolas que residem na cidade em questão, situação essa que só pode ser descrita como sendo de “pânico”.

O pânico que acomete a população quilombola daquele município decorre da triste lembrança da instalação da Base de Lançamento de Alcântara, ainda na década de 80, quando centenas de famílias descendentes de quilombos foram forçadas a se deslocar de suas terras para as chamadas agrovilas, então construídas para abrigá-las.

Na época, é importante que se ressalte, os deslocamentos dessas famílias e as suas alocações nas agrovilas ocorreram sem qualquer consulta, em um processo impositivo e autoritário.

A exposição feita pela Dra. ELIANA TORELLY, na Audiência Pública realizada nesta Comissão é bem esclarecedora de toda a situação experimentada pela população quilombola de Alcântara, razão pela qual transcrevemos, a seguir, parte da mencionada exposição:

“(...) Então, numa dessas comunidades que visitamos, a comunidade Samucangaia, as pessoas narravam que antes elas viviam com muita fartura de

recursos pesqueiros, mariscos, peixes, e que com a instalação das agrovilas houve um aumento enorme da pressão por recursos naturais e o que antes era fartura passou a ser escassez. E agora, já depois de alguns anos, essas coisas estão se acomodando já, mas toda essas experiências traumáticas ainda estão muito fortes na memória dessas pessoas e, de repente, começam a surgir rumores de que a base de lançamento vai ser aumentada, que haverá contratos com outros países, EUA, Ucrânia, que vai ser cedido espaço para que esses países se utilizem do território nacional também para o lançamento de foguetes.

O que chama mais a atenção, em especial, para nós do Ministério Público, é a falta de transparência com que esse processo está ocorrendo. Simplesmente, até agora, nós temos trabalhado com rumores, com notícias, com declarações dadas em passant por autoridades, e os senhores estão testemunhando, hoje, a ausência de qualquer representante do Ministério da Defesa.

(...) A falta de transparência é tão completa que agente não sabe o que está acontecendo. Estamos aqui discutindo e passamos lá algum tempo discutindo possíveis cenários, quais e tais comunidades poderiam ser deslocadas, sem saber o que, de fato, vai acontecer.

E essa situação tem causado um temor enorme nessa comunidade. Essas pessoas já passaram por situações extremamente traumáticas. Estão tentando se readequar, readequar a toda pressão por recursos naturais que ocorrem, e eu, de fato, testemunhei que eles parecem adaptado àquele ambiente e de repente novamente essa ameaça.

(...) Esse é um processo, além de tudo, perverso, um processo que tem causado verdadeiro pânico dentro dessas comunidades, instigando um temor nas pessoas”.

Neste sentido, a realização da diligência aqui requerida poderá contribuir para que o Estado brasileiro não cometa, mais uma vez, uma injustiça

com as comunidades quilombolas que há séculos, de acordo com alguns historiadores, habitam a área na qual se localiza, hoje, o município de Alcântara.

Sala da Comissão, em 26 de setembro de 2017.

ZÉ CARLOS
Deputado Federal – PT/MA

PATRUS ANANIAS
Deputado Federal – PT/MG

NILTO TATTO
Deputado Federal – PT/SP